



Sérgio Almeida, ex-presidente do Sengenge, Olímpio dos Santos, presidente do Sindicato, e Rafael Bastos, mestre em política pública, durante o primeiro debate.

SENGE-RJ elege a delegação para o 10º CONSENGE

Durante o encontro estadual pré-CONSENGE foram realizados debates com o foco em um projeto de nação para o país

Págs. 6 e 7

• AUTOVISTORIA

SENGE-RJ lança guia de autovistoria

PÁG. 3

• RIV

Relatório de impacto de vizinhança na luta pelo direito à cidade

PÁG. 9

• DEBATE

Ocupação dos Espaços de Poder pela Mulher

PÁG. 8



10º Congresso da FISENGE

Na semana de 27 a 30 de agosto próximo, os doze Sindicatos que formam a base da Fisenge estarão reunidos em Búzios, estado do Rio, para mais um Congresso da entidade, quando também elegerão sua nova diretoria. Além do tema altamente instigante "um novo projeto nacional", este Congresso se reveste de grande importância em face da conjuntura pré-eleitoral e da complexa situação política que se desenha para o quadro político-institucional.

É necessário acrescentar que o Congresso foi precedido de intensas discussões nos estados-sede dos Sindicatos, sob a constante assessoria do DIEESE, sistematizando propostas, fornecendo informações e dados que devem facilitar em muito as votações e deliberações das reuniões plenárias do Congresso.

O tema proposto pela organização do evento, da construção de um novo projeto nacional, sugere uma ampla articulação das questões e tarefas políticas pensadas no curto e no longo prazo, o que não deixa de ser uma ruptura com a prática corriqueira e convencional de somente debruçar-se sobre os problemas de curto prazo. Um projeto nacional obriga uma discussão não somente sobre a conjuntura, como também se voltar para os sérios problemas estruturais que o Brasil enfrenta há muitas décadas. Obviamente, esta discussão passa necessariamente pela avaliação dos sujeitos políticos envolvidos e de fato interessados neste projeto, bem como na formação das alianças necessárias a sua consecução. Dessa forma, esperamos um Congresso dos mais movimentados e profícuos.

A herança maldita da ditadura militar

AGAMENON OLIVEIRA*

Trinta e cinco anos após o fim da ditadura é possível identificar com nitidez os principais elementos sociais e políticos herdados do período ditatorial e cuja superação constitui um grande desafio para a construção de uma sociedade democrática. A corrupção, nas suas diversas formas de apropriação do dinheiro público por grupos privados, a gestão autoritária da coisa pública (rés pública), a violência e a tortura nas delegacias policiais, o desenvolvimento de elementos fascistas no interior do estado brasileiro principalmente a atuação das polícias militares nas chamadas "políticas pacificadoras" são alguns desses elementos sociais.

A atuação das polícias militares junto às comunidades mais pobres da sociedade vem se constituído ao longo dos anos em uma verdadeira "limpeza étnica", com a eliminação física em larga escala dos segmentos sociais mais desassistidos e despossuídos. Na prática, uma combinação macabra

compõe as duas faces de uma mesma moeda. O sistema econômico e social capitalista exclui esses segmentos e o aparelho repressor, como braço desse mesmo estado, os elimina fisicamente.

No Rio de Janeiro, por razões históricas que remontam à própria origem da polícia militar, a repressão policial tem razões mais profundas e mais difíceis de serem erradicadas. O embrião da atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, em 13 de Maio de 1809, ou seja, logo após a vinda da família Real portuguesa para o Brasil. Seu primeiro comandante foi José Maria Rebello, mas

quem ficou famoso pela repressão as populações mais pobres foi o Sargento-mor (hoje Major) Miguel Nunes Vidigal.

Vidigal era um perseguidor implacável dos candomblés, das rodas de samba e das capoeiras, submetendo os participantes a perseguições, surras e torturas. Ele faleceu em 10 de julho de 1843 no Rio com 98 anos de idade e recebeu uma grande quantidade de terras no lugar onde hoje é o morro do Vidigal, como recompensa pelos serviços prestados. Seu método de tratar as populações mais pobres criou raízes profundas na cultura policial e na forma como elas são tratadas.

A ditadura militar, ou civil-militar que parece mais apropriada, aprofundou os aspectos repressivos contra seus inimigos políticos e as populações e comunidades pobres continuaram a receber tratamento discriminatório. A ditadura criou um sistema repressivo mais abrangente, envolvendo as forças armadas (exército, marinha

e aeronáutica), com as polícias civil e militar, medida que o estado-novo Getulista evitou. O caso mais emblemático da utilização da tortura desenvolvida no interior dos aparelhos policiais pelas forças armadas foi a importância e a ampla circulação que o famigerado delegado Sérgio Fleury tinha nos centros de tortura das forças armadas. Como sabemos, ele teve morte misteriosa, até hoje não explicada completamente, mas no auge de sua atuação, foi criada uma lei especialmente para inocentá-lo, a lei Fleury.

* AGAMENON OLIVEIRA é diretor do SENGE-RJ

“ A atuação das polícias militares junto as comunidades mais pobres da sociedade vem se constituindo ao longo dos anos em uma verdadeira “limpeza étnica”



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Sylvia Dietrich

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Lançamento do guia de procedimentos para elaboração de laudo técnico de vistoria predial reúne engenheiros de diversas especialidades

SENGE-RJ lança guia de autovistoria

O guia “Elaboração de Laudo Técnico de Vistoria Predial” é coordenado por Luiz Cosenza

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro – SENGE-RJ lançou, no dia 8 de maio, o "Guia de procedimentos – Laudo Técnico de Vistoria Predial (Autovistoria)", no Centro Cultural Light. A publicação, coordenada pelo conselheiro do SENGE-RJ, Luiz Cosenza, visa esclarecer o crescente número de questionamentos e incertezas referentes à responsabilidade civil dos engenheiros bem como orientar a categoria a como proceder para atender às exigências da legislação.

A nova cultura de manutenção predial, em pauta desde registros dramáticos de desabamentos em diversos pontos do país, mobilizou, em especial, síndicos, condomínios, empresas e profissionais. Com a proposta de avançar nos debates e siste-

matizar procedimentos, o Senge-RJ reuniu associados, diretores e outras entidades, entre elas a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e a Associação Brasileira de Engenheiros Civis - ABENC, em um amplo debate.

Propostas e informações formu-

ladas em seis seminários realizados no auditório do Senge-RJ foram sistematizadas e resultaram neste guia com informações e orientações de aspectos técnicos e jurídicos da legislação, já em vigor, sobre a autovistoria em edificações.

Para o Senge-RJ é fundamental

que os engenheiros, no papel de responsáveis pelos laudos que atestarão a integridade das edificações, estejam atentos para o rigor e o cuidado na execução dos serviços profissionais que assinarão e, também, para a responsabilidade civil que se estabelece neste processo.

SENGE lança Guia de Procedimentos na SEAERJ

O Sindicato dos engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) realizou, em 20 de maio, o segundo evento de lançamento do “Guia de Procedimentos – Elaboração de Laudo Técnico de Vistoria Predial”. A atividade foi realizada no auditório da SEA-

ERJ. A publicação tem o objetivo de orientar engenheiros e arquitetos sobre os tópicos a serem abordados na confecção de um laudo técnico para certificação de segurança de prédios com mais de cinco anos após o “habite-se”. Participaram do evento o coordenador

do guia e conselheiro do SENGE-RJ, Luiz Cosenza, e os engenheiros Marcos Possi, Luiz Baratta e o diretor do SENGE, Marco Antônio Barbosa, que também participaram na elaboração do material. Além do o diretor técnico da SEAERJ, Mario Bandeira.



Riscos e possibilidades das exportações de petróleo pelo Rio de Janeiro

Nos últimos anos, tem-se observado uma crescente concentração das exportações fluminenses à indústria do petróleo

As exportações de petróleo que, no final dos anos 1990, representavam menos de 1% do total exportado pelo Rio de Janeiro, em 2012, chegam a responder por cerca de 70%, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O último dado disponibilizado pelo próprio MDIC confirma essa constatação, uma vez que o óleo bruto de petróleo representa 56,8% das exportações fluminenses, entre janeiro e abril de 2014. Considerando ainda as vendas de óleo combustível e combustíveis para aeronaves, o segmento petróleo é responsável por dois terços das exportações fluminenses. Isso significa uma exportação de US\$ 3,7 bilhões desses itens de um total de US\$ 5,5 bilhões.

Convém lembrar que os resultados acima refletem tanto o avanço na produção interna de petróleo quanto o efeito de elevações dos preços desta principal fonte de energia para a indústria e os transportes, em todo mundo.

Diante dessa constatação, convém tomar em consideração algumas preliminares. Antes de mais nada, o aumento da produção nos últimos anos, mais do que qualquer coisa, implica em uma falta de política de administração de reservas, buscando pura e simplesmente explorar o mais rápido possível as reservas conhecidas, sem tomar em consideração que o petróleo é um bem finito, e que a sua extração hoje significa que o país não deterá capacidade futura de produção a menos que descubra novas áreas de produção. Além disso, a aposta na ampliação da produção rápida de um bem com enormes consequências ambientais na sua utilização também deveria ser objeto de discussão aprofundada.

Finalmente, o setor de petróleo funciona como um complexo, e se o Rio é um grande exportador, também é um grande importador (em menor escala, entretanto) de petróleo, gás e bens integrados à indústria do petróleo.

Dois dos principais fatores que explicam a predominância da indústria petrolífera nas exportações fluminenses são as vantagens comparativas apresentadas no estado, principalmente em razão das grandes reservas de petróleo existentes na Bacia de Campos e no chamado Pré-Sal, bem como a forte concentração dos investimentos da Petrobras no Rio de Janeiro. É justamente após o processo de abertura do setor, propiciada pela mudança do marco regulatório, no final dos anos 1990, e de um novo ciclo de expansão da Petrobras nos anos 2000, que as atividades petrolíferas na região iniciam uma trajetória de acelerado crescimento no estado, impulsionada primordialmente pelo amadurecimento da exploração das descobertas realizadas de forma ampliada, desde fins dos anos 1970, efeitos das crises internacionais de petróleo e da disparada dos preços, pela atração de novos investimentos (públicos e privados) e pela entrada de novas empresas. Esse crescimento se materializa não apenas num aumento da produção do setor, como também numa expansão da produtividade industrial setorial, da expansão da infraestrutura estadual e do crescimento do emprego e da renda.

Não é por acaso que a Petrobras assume um papel central nas exportações fluminenses. A estatal brasileira

alcança o posto de principal empresa exportadora do Rio de Janeiro, respondendo por 33,7% do total das exportações no primeiro quadrimestre de 2014. Ao mesmo tempo, com a abertura do setor, outras operadoras petrolíferas também ganham destaque como exportadoras estaduais. Todas as vendas externas da Statoil, da BG E&P, da Sinochem Petróleo, da Chevron, da Petrogal e da OGX representam 25,4% das exportações fluminenses. Considerando todas essas operadoras de petróleo, suas exportações alcançam 59,07% do total.

A crescente dependência da indústria de petróleo para as exportações do Rio de Janeiro, entretanto,

não se deve apenas ao fortalecimento de suas atividades mas, também, à retração relativa das outras indústrias estaduais. Ou seja, em termos relativos, as demais indústrias de transformação – e suas exportações – têm perdido espaço

quando comparadas com o segmento petróleo. Isso, em alguma medida, é uma consequência do processo de abertura do setor externo – a partir da década de 1990 – que, por meio do crescimento das importações e do câmbio valorizado, impôs um grande acirramento competitivo para a indústria nacional.

Em alguma medida, a pauta de exportação do Rio de Janeiro comprova esse diagnóstico, isto é, a maior parte dos bens exportados atualmente possui menor intensidade tecnológica ou são commodities primárias. Entre os vinte principais itens exportados pelo estado fluminense, no primeiro qua-

drimestre de 2014, destacam-se produtos tais como: ferro e aço; tubos de ferro e aço, minérios de níquel, pneus e tubos de plásticos. Os únicos produtos considerados de média e/ou alta intensidade tecnológica, nessa lista, são automóveis, chassis e máquinas e equipamentos mecânicos que respondem por 4,31% das exportações fluminenses (US\$ 237,2 milhões). Desse modo, os bens intensivos em tecnologia têm uma participação muito pequena em nossa pauta de exportação, dominada por commodities.

Desse modo, por um lado, o eixo econômico formado pela maior atuação da Petrobras, num quadro em que se permitiu a entrada de novos investimentos privados e/ou estrangeiros, gera um grande dinamismo das exportações do setor petróleo no Rio de Janeiro. Por outro lado, a abertura do setor externo criou grandes dificuldades para as demais indústrias competirem com as importações, desde os anos 1990. Esse é não apenas um quadro do Rio de Janeiro, mas se tomarmos em consideração outros bens minerais e agrícolas, é um quadro do país.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a dependência da economia local em um setor industrial pode afetar drasticamente o emprego e a renda, em períodos de retração da atividade desse setor. Isso é mais grave no setor petróleo, uma vez que seus preços são determinados no mercado internacional. Deve se tomar em consideração ainda que a cadeia produtiva do petróleo é intensiva em capital e não em trabalho, ou seja, gera relativamente poucos empregos. Esse é um fator que deve ser considerado para a realização de investimentos futuros na indústria fluminense.

A cadeia produtiva do petróleo é intensiva em capital e não em trabalho, ou seja, gera relativamente poucos empregos

Rubens Paiva, *presente!*

Fisenge lembra a história do engenheiro torturado e morto pelo regime militar

Fonte: Fisenge

20 de janeiro de 1971. Feriado de São Sebastião na ensolarada capital do Rio de Janeiro. Uma tarde comum pelas ruas do Leblon. O sol batia no asfalto quente da rua Delfim Moreira, na orla carioca, se não fossem as sombras do golpe civil-militar, instaurado no país desde 1964. Foi nesse dia de feriado que homens armados invadiram a casa do engenheiro Rubens Paiva e o levaram para o quartel da 3ª Zona Aérea, onde foi barbaramente espancado. Segundo depoimentos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), Rubens foi levado gravemente ferido para o DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita no Rio de Janeiro, onde foi submetido a tortura e morto. Até pouco tempo, o Exército sustentava versão de que Rubens Paiva havia tentado fugir e seu carro interceptado por terroristas, ocasião de sua suposta morte.

No entanto, em um depoimento à Comissão Estadual da Verdade, o coronel reformado Raymundo Ronaldo Campos admitiu que a ordem do major Francisco Demiurgo Santos Cardoso foi a seguinte: “Olha, você vai pegar o carro, levar em um ponto bem distante daqui, vai tocar fogo no carro para dizer que o carro foi interceptado por terroristas, e vem para cá”. Tudo isso era para “justificar o desaparecimento de um prisioneiro”. O coronel Campos diz que “saiu do quartel sem saber o nome do preso político”, mas sabia que “a pessoa que deveria estar no carro morreu no interrogatório”. Com esta informação, ficou clara a farsa sustentada pelos militares sobre a morte de Rubens Paiva, brutalmen-

“Cecília o ouviu gritar, soletrar seu nome inúmeras vezes. Foi torturado até a morte.”

Marcelo Rubens Paiva
Filho do ex-deputado Rubens Paiva

te assassinado pelo regime militar.

Recentemente, a Comissão Nacional da Verdade revelou o nome de um dos militares que teriam participado da tortura contra Rubens: o então tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho, já falecido. Em sua declaração, o coronel Ronaldo afirma que nunca

viu Rubens Paiva: “Pararam o carro, abriram o tanque de gasolina e metralharam o carro, jogaram tiros para lá e para cá (...), mas o carro custou a pegar fogo, e foi preciso pegar um fósforo e jogarem dentro do tanque (...). Não foi informado de detalhes da morte do preso, e nada soube a respeito do destino do corpo”. Mais um depoimento joga luz às farsas dos militares, graças ao incansável e valoroso trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

O filho do ex-deputado, o escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva, comentou recentemente na imprensa a prisão do pai. “Cecília o ouviu gritar, soletrar seu nome inúmeras vezes. Foi torturado até a morte. Há 42 anos convivo com essa informação bloqueada por uma censura nos pensamentos. Quando, por algum desli-

ze, aparece na imaginação a imagem do meu pai em um pau de arara, ela logo é reprimida. Não combina. Não dá para visualizar. Meu pai era um homem calmo, bom, engraçado, frágil. E vaidoso. O que mais lembram dele? Da gargalhada, que fazia tremer a casa. Fumava charutos. Gostava de comer do melhor. De viajar. Gostava de Paris. Chegou a morar lá, aos 20 anos, a uma quadra do Sena. Passou um ano na Europa, com os três irmãos, em 1947, para testemunhar a reconstrução de uma terra arrasada, o que mudou a sua visão de mundo”.

No dia seguinte à prisão de Rubens, a filha, Eliana, e sua mãe Eunice Paiva, foram levadas ao DOI-CODI. Eliana revelou sua prisão ano passado em depoimento à imprensa e à Comissão da Verdade.



Engenheiro Rubens Paiva, torturado e morto pelo regime militar.

Arquivo de família

SENGE-RJ realiza seu Encontro Estadual pré-CONSENGE

Foram realizados debates com o foco em um projeto de nação para o país

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) realizou, nos dias 21, 27, 28 e 29 de maio, o Encontro Estadual preparatório para o "10º Congresso Nacional dos Sindicatos de Engenheiros (CONSENGE)". O estado volta a ser o anfitrião 20 anos depois do 2º congresso, realizado em 1993. No evento, foram eleitos 43 delegados, que participarão do encontro nacional representando o SENGE-RJ.

Foram realizadas palestras sobre o tema central do CONSENGE, "Um projeto de Nação para o Brasil", além dos subtemas: Energia e desenvolvimento, Infraestrutura de Transporte e Telecomunicações e Projetos de inclusão sindical e formação política.

Participaram como palestrantes o ex-presidente do SENGE-RJ, Sérgio Almeida, o mestre em políticas públicas e professor da UERJ, Rafael Bastos, o geólogo, ex-diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella, o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL/UFRJ, Nivaldi José de Castro, o Engenheiro Civil, Presidente da Academia Nacional de Engenharia, Paulo Vivacqua, e o mestre em educação e doutor em políticas públicas e formação humana, Helder Molina. O presidente do

SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, mediu os debates.

OS DEBATES

No dia 21, foi realizada uma atividade preparatória, com o tema central do 10º CONSENGE: Um projeto de Nação para o Brasil. O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, destacou a importância do debate sobre questões políticas, conjunturais e estruturais.

Sérgio Almeida, ex-presidente do SENGE-RJ, afirmou que a análise de conjuntura política é algo difícil de fazer, mas é necessária. "Ela nos permite tomar decisões para prosseguir em nossa luta política", avaliou. Em sua palestra, Almeida analisou a distribuição de poder na sociedade brasileira. Avaliou os resultados dos governos Lula e Dilma.

O mestre em políticas públicas e professor da UERJ, Rafael Bastos, abordou o tema central do evento: um projeto político de nação. Ele buscou localizar a engenharia no contexto de desenvolvimento, no Brasil e no mundo.

No dia 27, o tema principal foi "Energia e desenvolvimento". O instigante debate discutiu um projeto estratégico para o setor energético do país, com ênfase em energia elétrica, petróleo e gás.

Durante sua palestra, o coordena-

dador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL, Nivaldi José de Castro, constatou que "o Brasil não tem uma política energética". Ele questionou "qual a política energética que o Brasil quer?". O ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, destacou que "quando falamos de projeto de nação, estamos falando de estratégia".

Na noite do dia 28, o tema foi "Infraestrutura de Transporte e Telecomunicações". O debate foi conduzido pelo presidente da Academia Nacional de Engenharia, Paulo Vivacqua.

Durante o evento, Vivacqua destacou "que o pensamento do engenheiro deve estar focado em seu continente. Ele tem que olhar o Brasil como algo que é dele e atuar em benefício da sociedade".

No último dia (29), o mestre em educação e doutor em políticas públicas, Helder Molina, conduziu o debate sobre projetos de inclusão sindical e formação política. O professor destacou que é a ação coletiva que muda o mundo. Ele avaliou que, atualmente, o movimento social se burocratizou e destacou que é fundamental que os dirigentes fortaleçam o contato com a base. Molina valorizou a importância da formação para que o movimento sindical possa avançar. "Não é possível entender o imediato, se não entendermos os processos históricos", concluiu.

Fotos: Adriana Medeiros



Acima, o presidente da Academia Nacional de Engenharia, Paulo Vivacqua. Ao lado, o mestre em educação e doutor em políticas públicas, Helder Molina. Abaixo, engenheiros participando dos debates e apresentando suas propostas.



Rio sediará o 10º Congresso Nacional de Engenheiros

Esta é a segunda vez que o estado recebe o encontro, a primeira foi em 1993

O Rio de Janeiro será sede do "10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros" (CONSENGE), entre os dias 27 e 30 de agosto de 2014. O Congresso organizado pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (FISENGE), em parceria com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), é o mais importante fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados.

Com o tema "Um projeto de nação para o Brasil", o 10º CONSENGE debaterá dois temas centrais: "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional" e "O papel do



Presidente do SENGE Olímpio dos Santos

movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho". A expectativa é de que cerca de 300

engenheiros participem como delegados, representando mais de 30 mil profissionais de sindicatos de todo o país. Esta é a segunda edição realizada no Rio de Janeiro. A primeira aconteceu na consolidação da FISENGE durante o 2º CONSENGE, em 1993.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves, destacou que o Congresso promove a discussão entre os engenheiros, com o objetivo de definir, para o próximo triênio, as ações da FISENGE e dos SENGEs filiados no campo sindical, nas áreas de política tecnológica e de ensino da engenharia.

"A participação da classe e da sociedade é fundamental para a plenitude do evento. O Congresso debate sobre o papel da engenharia nos grandes temas nacionais, acompanha o desenvolvimento do Estado e valoriza os profissionais através da capacitação oferecida pelo sindicato", avalia Olímpio.

DELEGAÇÃO DO SENGE-RJ PARA O 10º CONSENGE

1 Agamenon Oliveira	15 João André da Silva	29 Miguel Sampaio
2 Alcebíades Fonseca	16 Jorge Antônio da Silva	30 Nei Rodrigues Beserra
3 Antônio Carlos Soares Pereira	17 Jorge Mendes	31 Olímpio A dos Santos
4 Antônio Gérson	18 José Amaro B. Lima	32 Paulo Granja
5 Claudio C. N. de Oliveira	19 Jose Leonel Rocha Lima	33 Pedro de Souza Moreira
6 Clayton Vabo	20 José Stelberto Porto Soares	34 Pedro Luiz Costa Mendonça
7 Cleude Pereira da Silva	21 Ligia Pessoa de Azevedo	35 Pedro Paulo Thobias F. Santos
8 Clovis F. Nascimento Filho	22 Livio de Almeida	36 Ralderes Bonifácio Costa
9 Cristina da Silva Egypto	23 Luiz Antônio Cosenza	37 Roberto Ricardo de A Goes
10 Fábio de Jesus	24 Lusía Maria de Oliveira	38 Rubem Corveto
11 Fernando de Carvalho Turino	25 Marco A. Barbosa	39 Sergio B de Almeida
12 Flavio Ramos	26 Maria José Salles	40 Sônia C Rodrigues
13 Gunter Angelkorte	27 Maria Virginia	41 Uíara Martins de Carvalho
14 Herminio de Aguiar Caldeira	28 Miguel A. FY Fernandez	42 Vera Bacelar
		43 Victor Marchesini Ferreira

SENGE-RJ homenageou Rubens Paiva

O Encontro Estadual do SENGE-RJ preparatório para o 10º CONSENGE homenageou o engenheiro e ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido em 1971. Ele foi torturado e morto em dependências militares, no Rio.



Em homenagem a
RUBENS PAIVA

HOMENAGEM

Luiz Cosenza entrega medalha a Albuino Azeredo

Homenagem foi realizada no Dia da Engenharia na Associação de Engenheiros Ferroviários

O engenheiro Luiz Cosenza, membro do Conselho Diretor do SENGE-RJ, entregou o Diploma de Mérito Profissional para Albuino Azeredo. O engenheiro civil se emocionou muito durante a cerimônia, realizada na Associação de Engenheiros Ferroviários (Aenfer), uma vez que devido a problemas de saúde não foi possível receber as homenagens no dia do evento realizado na sede do CREA. O evento foi realizado em 10 de abril.

“O engenheiro Albuino, além de toda a sua história de vida e as inúmeras qualidades pessoais e profissionais

que fizeram e fazem parte de sua vitoriosa carreira, possui duas características que considero essenciais: humildade e lealdade. Além disso, tudo que ele continua fazendo em prol da engenharia brasileira e, em especial, ao transporte ferroviário no Brasil e até no exterior, fez com que a indicação do seu nome para receber o Diploma de Mérito Profissional fosse aprovada por unanimidade pela Comissão do Mérito do CREA/RJ. Por tudo isso o Albuino merece muito esse reconhecimento”, afirmou Cosenza, que indicou Albuino para ser homenageado.

Albuino é ex-governador do Espíri-



Luiz Cosenza, membro do Conselho Diretor do SENGE, entregando o Diploma de Mérito Profissional para Albuino Azeredo.

to Santo e foi o primeiro governador negro eleito no Brasil. Ele começou a carreira profissional na Companhia Vale do Rio Doce. Fundou a ENGEFER, empresa de consultoria no segmento ferroviário, que chegou a ter mais de quatro mil funcionários. Na vida política, além de governa-

dor, foi Secretário de Planejamento de Cariacica (ES). No Rio de Janeiro, além de ocupar o cargo de Secretário Estadual de Transportes, presidiu a Rio Trilhos, a Companhia Fluminense de Trens Urbanos e a Companhia Estadual de Engenharia, Transportes e Logística (Central).

GÊNERO

Debate: Ocupação dos Espaços de Poder pela Mulher

O evento foi realizado em comemoração ao Dia Nacional da Mulher

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) promoveu no dia 28 de abril o debate "Ocupação dos Espaços de Poder pela Mulher". O evento foi realizado para resgatar o Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril.

Participaram do debate a Assessora Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-Rio), Joselice Cerqueira, e a Coordenadora Geral da UBM/Estadual, Sonia Latgé. A Deputada Federal do Rio de Janeiro (PCdoB), Jandira Feghali, não pode participar por motivos pessoais. A diretora do SENGE-RJ, Maria Virgínia Brandão, foi a mediadora.



A assessora Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-Rio), Joselice Cerqueira, a diretora do SENGE-RJ, Maria Virgínia Brandão, e a militante feminista Sonia Latgé.

A abertura do evento foi realizada pelo diretor do SENGE-RJ, Agame-non Oliveira. Ele apresentou a história de Hipácia, a primeira mulher cientista da história.

Joselice Cerqueira destacou que a mulher sempre foi desestimulada a participar da política. “Essa cultura é milenar. Foram anos que nos impediram de ir a escola”.

Sonia Latgé ressaltou que historicamente o saber sempre foi negado à mulher. “A mulher que não foi alfabetizada, que vive sobre o mando do marido, não fala. Se não fala, ela não ensina a filha a falar”.

Durante o debate, os participantes destacaram a importância da formação para que mulher possa disputar efetivamente os espaços de poder.

SENGE inicia seminário de negociações coletivas

A atividade, desenvolvida junto com o DIEESE, visa fortalecer o processo de negociação

O SENGE-RJ, em parceria com o DIEESE, está realizando o 1º encontro do "Seminário Estrutura e Processo de Negociação Coletiva". O primeiro encontro foi realizado no dia 05 de maio de 2014 (segunda-feira), no Sindicato dos Engenheiros

no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse primeiro encontro, o DIEESE fez a apresentação da proposta de programa do Seminário, da metodologia a ser trabalhada e da definição do funcionamento da atividade.

Olímpio Alves dos Santos, pre-

sidente do SENGE-RJ, destacou que este é um curso para os participantes e para o sindicato, devido a relevância das negociações para o trabalho da entidade.

Gunter Angelkorte, diretor responsável pelo setor de negociação,

destaca que o curso traz como novidade o debate jurídico, que muitas vezes aparece nas negociações.

Jardel Leal, do DIEESE, destacou que a metodologia do curso é pensada de forma a levar em consideração o conhecimento de cada participante.

RIV

Seminário debate regulamentação para o Rio

Relatório de impacto de vizinhança na luta pelo direito à cidade com qualidade de vida

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro realizou no dia 6 de junho, em parceria com a Federação das Associações do Rio de Janeiro (FAM Rio), o seminário "RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança", proposta de regulamentação para a cidade do Rio de Janeiro, na sede da entidade, à Avenida Rio Branco 277, auditório do 17º andar.

A proposta do debate foi mobilizar a sociedade para a importância desse instrumento legal, exigido pelo Estatuto da Cidade que é lei federal, prevista na Lei Orgânica e no Plano Diretor da Cidade, que pode e deve ser utilizado para resolver ou amenizar o incômodo de construções e atividades que colocam em risco a saúde da população.

Barulho, ar poluído, dificuldades na mobilidade urbana, obras que incomodam e edificações que degradam a qualidade dos espaços de nossas cidades podem ser combatidos por meio do Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV.



O diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa fala sobre a importância do Relatório

As cidades crescem, muitas vezes ocupando áreas impróprias, com um planejamento orientado aos interesses do mercado imobiliário e das grandes empresas, desprezando as necessidades básicas e os interesses e valores de seus habitantes. Com isso, deixam de fora do planejamento dos bairros a previsão

A proposta do debate foi o de mobilizar a sociedade para a importância desse instrumento legal

para a construção de equipamentos públicos e coletivos, como praças, calçadas, ciclovias e vegetação urbana, mais do que necessários à vida urbana com qualidade. É neste contexto que o RIV pode assumir papel protagonista na busca de soluções coletivas para uma cidade mais justa e uma vida mais digna.

HISTÓRIA

Fisenge lança livro de memórias

Publicação comemora os vinte anos de história da entidade, fundada em 1993

A nos 90, a década perdida. Foi nesse momento, exatamente em 1993, que a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) foi fundada. Com o objetivo de resgatar essa história, a Federação irá lançar, em agosto, o livro de memórias "Fisenge 20 anos: duas décadas de lutas e esperanças".

O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, afirma que o registro de fatos passados não somente permite a documentação factual, como também valoriza questões políticas, socio-culturais e econômicas de determinadas épocas. "Esse mergulho histórico mantém viva a nossa luta e alimenta as nossas esperanças para o futuro", conclui Bittencourt. O lançamento será realizado na abertura do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), no dia 27 de agosto, em Búzios, Rio de Janeiro.

SENGE realiza reunião sobre ação do SMP

Os engenheiros da rede ferroviária puderam esclarecer suas dúvidas sobre a ação do Salário Mínimo Profissional

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SEN-GE-RJ) realizou no mês de junho uma reunião com os engenheiros da ferrovia para informar sobre a ação, sobre o Salário Mínimo Profissional (SMP). A atividade foi realizada no

auditório da Associação de Engenheiros Ferroviários (AENFER).

Estiveram presentes o diretor do SENGE-RJ, Jorge Saraiva, o gerente do Jurídico do Sindicato, Luiz Fernando Contreiras, e a advogada responsável pela ação Gisa Nara.

Sindicato se reuniu com engenheiros da Eletronuclear

Na assembleia foram feitos informes sobre a ação e inclusão de representados

O Sindicato dos engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SEN-GE-RJ) se reuniu com seus representados empregados ativos ou inativos da empresa Eletrobrás Termonuclear S/A (Eletronuclear), sindicalizados ou não, em uma Assembleia Geral Extraordinária. A reunião teve como objetivo tratar e deliberar sobre assuntos relacionados à ação trabalhista no 0064500-25.1989.5.01.0029, cujo objeto é a URP Congelada. Foram

discutidos os seguintes temas: 1) prestação de informações sobre o atual estágio da ação e seus desdobramentos; 2) inclusão na ação de todos os empregados da empresa que são representados pelo SENGE/RJ, admitidos até 31/10/1989; 3) avaliação da possibilidade de uma negociação de acordo com a empresa; 4) ratificação das obrigações estatutárias e regimentais dos integrantes da ação para com o SENGE/RJ; e, 5) assuntos gerais.

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

SETOR ELÉTRICO

Trabalhadores aprovam proposta da PLR

Em uma assembleia realizada no dia 5 de junho, os trabalhadores do setor elétrico do Rio de Janeiro aprovaram a proposta da Eletrobras para o pagamento da Participação de Lucros e Resultados (PLR). Foram 263 votos a 195. Estiveram presentes empregados da Eletrobras, Eletronuclear, Furnas e Cepel.

“A proposta não é a ideal, mas é o que foi possível obter diante do atual quadro da Eletrobras, que teve prejuízo de mais de seis bilhões de reais no ano passado. Seria impossível resgatar os valores dos anos anteriores”, afirma o diretor do SENGE-RJ, Gunter Angelkorte.

A Eletrobras não havia realizado o pagamento da PLR afirmando que a empresa tinha tido prejuízo e que o pagamento não seria possível. O governo já recebeu a sua parte no benefício.

Depois de inúmeras reuniões em Brasília e de uma audiência pública, os trabalhadores fizeram duas paralisações: uma de 24 horas, nos dias 24 e 25, e uma de 72 horas, nos dias 28, 29 e 30.

Durante todo o processo negocial, os eletricitários defenderam que, frente ao prejuízo financeiro, o pagamento da PLR deveria ser feito a partir de metas operacionais.

“Diante da crise causada pela Lei 12.783/13, seria impossível a Eletrobras ter lucro”, afirma Gunter. A lei foi criada a partir da Medida Provisória 579 e trata da renovação das concessões de energia elétrica e prometia estabelecer a redução do valor das contas de luz.

“O prejuízo foi causado por inépcia do governo que, tentou diminuir a tarifa, e com a medida 579 deixou a Eletrobrás em situação deplorável”,

critica Agamenon Oliveira, também diretor do Sindicato.

“Os trabalhadores fizeram a sua parte, tanto é verdade que todas as empresas do Sistema Eletrobras tiveram resultados positivos, em especial no operacional”, afirmou Gunter, na época.

Diferentemente da negociação para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a votação da PLR, foi feita por empresa, não nacionalmente. Algumas empresas pelo Brasil rejeitaram a proposta, como a Chesf.

Dentre os 195 que votaram contra a proposta, 91% trabalha em Furnas. De acordo com o diretor do Sindicato, Miguel Sampaio, isso aconteceu porque, este ano, o pagamento da PLR está sendo feito de forma diferenciada em cada empresa, levando em consideração o lucro obtido em cada uma delas. Nos outros anos, o valor recebido era calculado de modo igualitário entre todas as empresas do Grupo.

“Furnas e Chesf, tradicionalmente, em anos anteriores, davam lucro e as demais, quase sempre prejuízo. Entretanto nunca houve tratamento privilegiado para nenhuma empresa. A compreensão era que a Eletrobras tinha uma missão: levar o desenvolvimento para regiões de pouco ou nenhum recurso financeiro, desse modo era compreensível que as empresas que atuavam nestas regiões tivessem prejuízo. Só que, nesse ano, foi diferente, pois a Eletronorte e a Eletrosul receberam percentuais maiores dos dividendos apurados”, explica Miguel.

Para o diretor, o pagamento diferenciado gera uma divisão entre os empregados das empresas, e pode significar um enfraquecimento no poder de negociação em acordos futuros.

Informe sobre o Plano de Cargos e Salários

A empresa se reuniu com os representantes dos empregados por duas vezes para tratar da revisão do PCS. Os representantes apresentaram a demanda dos empregados, e a EPE ficou de levar esses pontos críticos, assim como as suas considerações, para discussão em uma reunião com o DEST, que será realizada em meados de junho. Após esse evento haverá nova reunião com a empresa.

Os pontos críticos são os seguintes:

1. PCS

1.1 - Criar e implantar política de remuneração do conhecimento e da experiência profissional para exercer um cargo na empresa, que seja eficaz, atualizada permanentemente, atrativa – com uma proposta de progressão em carreira, a ser considerada dentro do processo produtivo da empresa, e que contribua para a retenção de talentos e que agreguem valor para o crescimento da EPE e sua consolidação no cenário energético.

1.2 – Rever e criar:

- O salário de ingresso do cargo de Assistente Administrativo;

- Criação dos cargos de carreira (nível superior), em Júnior, Pleno e Sênior, com a definição clara e objetiva dos critérios, não discricionários, levando-se em conta a experiência progressiva, a experiência na EPE e titulação, necessários para ocupá-los, de forma contínua e automática.

2. Sistemática da Avaliação de Desempenho

2.1 - Reduzir, ao máximo possí-

vel, o impacto da subjetividade que afeta ao processo da avaliação de desempenho, hoje existente na empresa, e aplicado aos empregados de Nível Superior e de Nível Médio;

2.2 - Criar ou implantar nova metodologia e critérios mais objetivos de avaliação, gerenciamento do desempenho e da evolução profissional dos empregados concursados de Nível Superior e de Nível Médio, incluindo a avaliação dos gestores, feita pelos empregados.

Trabalhadores da CEDAE aprovam proposta

Os trabalhadores da Cedae aprovaram a proposta da empresa para o ACT 2014/2016. A reunião entre os engenheiros foi realizada na sede do Senge-RJ, no dia 26 de junho. Entre os 46 presentes, a ampla maioria aprovou a proposta. Foram cinco abstenções e nenhum voto contra. No mesmo dia, em reunião realizada na sede do Sintsama, todos os empregados da Cedae aprovaram o acordo.

A proposta prevê reajuste de 10% este ano e o índice de inflação em 2015 e a previsão de Participação de Lucros e Resultados (PLR) também em 2015. Além disso, os engenheiros serão transferidos do nível A6 para o nível C5 até dezembro deste ano, o que representa um reajuste de 7,27%. O tíquete-refeição foi reajustado em 25% e agora será R\$ 25,00 por dia. A cesta básica de R\$317,00 foi estendida aos profissionais de nível superior, como os engenheiros.

Durante a assembleia realizada no Sintsama, um pequeno grupo não aceitou a proposta por entender que a questão da isonomia entre os empregados é uma questão prioritária. Os profissionais contratados antes e depois de 2008 recebem alguns benefícios de maneira diferente, como o pagamento do triênio.

Para o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, o ACT assinado pode ser considerado “excelente” para os trabalhadores diante do demorado processo negocial.

“Não conseguimos tudo o que queríamos, mas conseguimos pontos muito importantes. Além do acordo, é preciso frisar que isso foi conquistado através da mobilização dos trabalhadores”, destaca Olímpio.

Durante o processo negocial, os trabalhadores da CEDAE realizaram uma paralisação de 24 horas no dia 5 de junho.

Engenheiros de consultoria rejeitam proposta

Após a segunda rodada de negociações, realizada em 04 de junho o Sinaenco (Sindicato patronal que representa as empresas de arquitetura e Engenharia Consultiva) apresentou nova contra proposta aos itens propostos pelos engenheiros e arquitetos, dentre os quais, destacam-se:

- Piso salarial, para profissionais trainee (até 2 anos de formado) abaixo do Salário Mínimo Profissional
- Reajuste salarial de 7%,
- Ticket-refeição de R\$27,00

Em assembleia realizada em 11 de junho, os engenheiros e arquitetos rejeitaram a proposta do Sinaenco de estabelecer Piso da categoria abaixo do que estabelece a lei do SMP.

Quanto ao percentual de reajuste de 7%, os profissionais presentes à assembleia também rejeitaram e referendaram a proposta apresentada pelo Senge-RJ, ao Sinaenco, no sentido de fixar em 8,5% o percentual de reajuste, numa demonstração de disposição de negociar, já que o

pedido original, conforme consta da pauta de reivindicações foi de 12,04%, sendo 7,04% referente à variação do ICV e 5% de pedido de aumento real.

Outro item que ainda não teve aceitação dos engenheiros e arquitetos presentes à assembleia foi o banco de horas. Na última convenção, o banco de horas tinha como limite o total de 32 horas, que se acumulavam no período de 4 meses. O Sindicato patronal pretende passar esses limites para 36 horas e acumulação no período de 6 meses.

Estão sendo discutidas, também, a situação de horas dos profissionais a disposição do empregador, especialmente, quando em viagens a serviço e o profissional precisa se deslocar para os locais de embarque, desembarque e serviço, em fins de semana ou feriado e, quando em dias úteis, ultrapassando a jornada normal de trabalho.

A 3ª. rodada de negociação ainda não foi marcada, mas deverá ocorrer no próximo dia 01/julho.

Engenheiros se preparam para a Copa SENGE

Evento organizado pelo SENGE-RJ será realizado em julho e busca a integração entre os profissionais e o Sindicato

A "Copa SENGE Engenheiro(a) Bom de Bola" está movimentando o Sindicato. A atividade esportiva conta com o envolvimento direto de mais de 150 engenheiros distribuídos em 12 times. Dois deles ainda serão confirmados. O evento será realizado em julho.

Jorge Antonio, diretor do SENGE-RJ e integrante da comissão organizadora do Copa SENGE, comenta que os profissionais estão animados e já até sugerem que novas edições sejam realizadas. Também compõem a comissão os diretores do sindicato, Jorge Saraiva, Marcos Antonio Barbosa e Adalberto Garcia Junior, e o conselheiro Luiz Cosenza.

"A receptividade foi muito boa, pelo número de times inscritos e de profissionais envolvidos. O evento aproximou profissionais que na maioria das vezes se encontram isolados em diversas empresas e instituições. Durante o contato mantido

na divulgação recebemos sugestões de realizar torneios de outras modalidades de esporte. Muitos profissionais se mostram bastante animados com o evento e já sugerem que novas edições sejam realizadas", diz ele.

Para o diretor do SENGE, o evento é um momento importante para aproximar os engenheiros e o Sindicato. "O evento, busca a integração dos profissionais através de diferentes formas de contato como o esporte, identificando interesses comuns e aproximando os profissionais do sindicato", defende.

Os jogos classificatórios serão realizados nos dias 19 e 20 de julho. As quartas-de-final, semifinais e finais ocorrerão em 27 de julho. As partidas serão realizadas na Associação Atlética Light, no Grajaú. O juiz da final será o engenheiro Claudio Vinícius Cerdeira, ex-juiz da FIFA.

TIMES PARTICIPANTES

- | | |
|--------------------|----------------------------------------------------|
| - Mecânica Neles | - Amigos do Walter KFC |
| - Real Water | - ASCREA-RJ |
| - Boleiros FC | - Toca Raul |
| - Tribulados | - Vingadores |
| - Eletropedaleiros | - Integração (composto por inscrições individuais) |
| - Portuga FC | - Cooperação (composto por inscrições individuais) |



COPA SENGE

Dias: Jogos classificatórios: 19 e 20 de julho. Quartas-de-final, semifinais e final: 26 e 27 de julho.
Local: Associação Atlética Light - Rua Barão do Bom Retiro, 1954. Grajaú.



DITADURA

SENGE-RJ recebeu debate sobre ditadura

- Em maio, foi realizado no auditório do SENGE-RJ a palestra 'As esquerdas brasileiras durante a ditadura civil-militar'. A palestrante foi Isabel Leite, doutoranda em História pela UFRJ. O evento faz parte do ciclo de palestras "A ditadura faz 50 anos: passado, presente e futuro".

NOTA DE FALECIMENTO

- É com pesar que comunicamos o falecimento da funcionária e amiga Edilene Teles Santos Alberto.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br